



Número: **0600196-71.2020.6.27.0029**

Classe: **RECURSO ELEITORAL**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Gabinete Jurista 1 - Ângela Issa Haonat**

Última distribuição : **19/10/2020**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Processo referência: **0600196-71.2020.6.27.0029**

Assuntos: **Propaganda Política - Propaganda Eleitoral - Internet, Representação**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Procurador/Terceiro vinculado
CINTHIA ALVES CAETANO RIBEIRO (RECORRENTE)	ALINE RANIELLE OLIVEIRA DE SOUSA (ADVOGADO) SOLANO DONATO CARNOT DAMACENA (ADVOGADO) EMMANUELLA AVILA LEITE PALMA (ADVOGADO) VITOR GALDIOLI PAES (ADVOGADO) RAMILLA MARIANE SILVA CAVALCANTE (ADVOGADO) AGOSTINHO ARAUJO RODRIGUES JUNIOR (ADVOGADO)
COMISSAO PROVISORIA DO PSDB METROPOLITANO PALMAS TO (RECORRENTE)	ALINE RANIELLE OLIVEIRA DE SOUSA (ADVOGADO) SOLANO DONATO CARNOT DAMACENA (ADVOGADO) EMMANUELLA AVILA LEITE PALMA (ADVOGADO) VITOR GALDIOLI PAES (ADVOGADO) RAMILLA MARIANE SILVA CAVALCANTE (ADVOGADO) AGOSTINHO ARAUJO RODRIGUES JUNIOR (ADVOGADO)
TIAGO DE PAULA ANDRINO (RECORRIDO)	LEANDRO MANZANO SORROCHE (ADVOGADO)
Procuradoria Regional Eleitoral de Tocantins (FISCAL DA LEI)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
40226 58	03/11/2020 20:26	<a href="#">Acórdão</a>	Acórdão

**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS**  
**ACÓRDÃO Nº 0600196-71**

(--3.11.2020)

**RECURSO ELEITORAL Nº 0600196-71.2020.6.27.0029**

**ORIGEM:** Palmas TO - 29ª Zona Eleitoral - Palmas

**ASSUNTO:** RECURSO ELEITORAL – REPRESENTAÇÃO- DIREITO DE RESPOSTA – PUBLICAÇÃO EM REDE SOCIAL – DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO SABIDAMENTE INVERÍDICA – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

**RECORRENTE:** Cinthia Alves Caetano Ribeiro

**ADVOGADOS:** Agostinho Araújo Rodrigues Junior – OAB TO2390; Ramilla Mariane Silva Cavalcante – OAB TO4399; Vitor Galdino Paes – OAB TO6579; Emmanuella Avila Leite Palma – OAB TO9726; Solano Donato Carnot Damacena – OAB TO2433; Aline Ranielle Oliveira de Sousa – OAB TO4458.

**RECORRENTE:** Comissão Provisória do PSDB Metropolitano Palmas – TO.

**ADVOGADOS:** Agostinho Araújo Rodrigues Junior – OAB TO2390; Ramilla Mariane Silva Cavalcante – OAB TO4399; Vitor Galdino Paes – OAB TO6579; Emmanuella Avila Leite Palma – OAB TO9726; Solano Donato Carnot Damacena – OAB TO2433; Aline Ranielle Oliveira de Sousa – OAB TO4458.

**RECORRIDO:** Thiago de Paula Andrino

**ADVOGADO:** Leandro Manzano Sorroche – OAB TO4792

**RELATORA:** Juíza Ângela Issa Haonat

**EMENTA:** RECURSO ELEITORAL. ELEIÇÕES 2020. RECURSO ELEITORAL. DIREITO DE RESPOSTA. PUBLICAÇÃO EM REDE SOCIAL. DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO SABIDAMENTE INVERÍDICA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.



1. Da análise dos documentos colacionados aos autos, verifica-se que a mensagem veiculada nas redes sociais do recorrido trata-se de informação sabidamente inverídica, de forma que deve ser concedido o direito de resposta aos recorrentes nos termos do art. 58 da Lei nº 9.504/1997.

2. Demonstrada a patente inveracidade de informação desabonadora sobre a gestão da candidata oponente, deve ser deferido o direito de resposta, nos termos da legislação vigente, uma vez que qualquer que seja a informação veiculada, sobretudo durante o pleito eleitoral, deve observar a parcimônia e a responsabilidade.

3. Merece reparo a sentença recorrida.

**4. Recurso conhecido e provido.**

**ACÓRDÃO:** VISTOS, relatados e discutidos os autos, decide o Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Tocantins, por unanimidade, **conhecer** e, no mérito, **dar provimento** ao recurso interposto por **CINTHIA Alves Caetano Ribeiro** e **Comissão Provisória do PSDB – Metropolitano – Palmas – TO**, para reformar a sentença recorrida.

Sala das Sessões do Tribunal Regional Eleitoral do Tocantins.

Palmas, 03 de novembro de 2020.

Juíza **ÂNGELA ISSA HAONAT**

**Relatora**

**JUSTIÇA ELEITORAL**

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS**

**RECURSO ELEITORAL Nº 0600196-71.2020.6.27.0029**

**ORIGEM:** Palmas TO - 29ª Zona Eleitoral - Palmas



**ASSUNTO: RECURSO ELEITORAL – REPRESENTAÇÃO- DIREITO DE RESPOSTA – PUBLICAÇÃO EM REDE SOCIAL – DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO SABIDAMENTE INVERÍDICA – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.**

**RECORRENTE: Cinthia Alves Caetano Ribeiro**

**ADVOGADOS:** Agostinho Araújo Rodrigues Junior – OAB TO2390; Ramilla Mariane Silva Cavalcante – OAB TO4399; Vitor Galdino Paes – OAB TO6579; Emmanuella Avila Leite Palma – OAB TO9726; Solano Donato Carnot Damacena – OAB TO2433; Aline Ranielle Oliveira de Sousa – OAB TO4458.

**RECORRENTE: Comissão Provisória do PSDB Metropolitano Palmas – TO.**

**ADVOGADOS:** Agostinho Araújo Rodrigues Junior – OAB TO2390; Ramilla Mariane Silva Cavalcante – OAB TO4399; Vitor Galdino Paes – OAB TO6579; Emmanuella Avila Leite Palma – OAB TO9726; Solano Donato Carnot Damacena – OAB TO2433; Aline Ranielle Oliveira de Sousa – OAB TO4458.

**RECORRIDO: Thiago de Paula Andrino**

**ADVOGADO:** Leandro Manzano Sorroche – OAB TO4792

**RELATORA: Juíza Ângela Issa Haonat**

## **R E L A T Ó R I O**

Trata-se de Recurso Eleitoral interposto por **CINTHIA ALVES CAETANO RIBEIRO** e pelo **PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA DE PALMAS – PSDB** em face da decisão do Juízo da 29ª Zona Eleitoral de Palmas/TO, que julgou improcedente o pedido de direito de resposta ajuizado em face de Thiago de Paula Andrino, sob o argumento de que não restou caracterizada ofensa à imagem da candidata perante o eleitorado na publicação em que afirma que a educação no município de Palmas retrocedeu no IDEB.

Nas **razões recursais**, os recorrentes sustentam que de forma intencional, o recorrido manipulou informações com o intento de induzir o eleitor a acreditar que houve retrocesso na educação do município de Palmas durante a gestão da Recorrente.

Aduz que não houve alteração da média obtida pelo Município de Palmas no IDEB, de modo que a publicação do recorrido trata-se de divulgação de notícia sabidamente inverídica.

Oferecida as **contrarrazões**, o recorrido, em síntese, defende que ao se manifestar em sua rede social, utilizou de seu pleno direito à expressão, fazendo tão somente um paralelo entre a gestão da qual faz parte e a atual, a qual se opõe. Ao final pugna pela manutenção da sentença.

Nesta instância, o Ministério Público Eleitoral manifestou-se pelo conhecimento do recurso e, no mérito, pelo seu provimento.



Em síntese, é o relatório.

**JUSTIÇA ELEITORAL**  
**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO TOCANTINS**

**RECURSO ELEITORAL Nº 0600196-71.2020.6.27.0029**

**ORIGEM:** Palmas TO - 29ª Zona Eleitoral - Palmas

**ASSUNTO:** RECURSO ELEITORAL – REPRESENTAÇÃO- DIREITO DE RESPOSTA – PUBLICAÇÃO EM REDE SOCIAL – DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO SABIDAMENTE INVERÍDICA – RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

**RECORRENTE:** Cinthia Alves Caetano Ribeiro

**ADVOGADOS:** Agostinho Araújo Rodrigues Junior – OAB TO2390; Ramilla Mariane Silva Cavalcante – OAB TO4399; Vitor Galdino Paes – OAB TO6579; Emmanuella Avila Leite Palma – OAB TO9726; Solano Donato Carnot Damacena – OAB TO2433; Aline Ranielle Oliveira de Sousa – OAB TO4458.

**RECORRENTE:** Comissão Provisória do PSDB Metropolitano Palmas – TO.

**ADVOGADOS:** Agostinho Araújo Rodrigues Junior – OAB TO2390; Ramilla Mariane Silva Cavalcante – OAB TO4399; Vitor Galdino Paes – OAB TO6579; Emmanuella Avila Leite Palma – OAB TO9726; Solano Donato Carnot Damacena – OAB TO2433; Aline Ranielle Oliveira de Sousa – OAB TO4458.

**RECORRIDO:** Thiago de Paula Andrino

**ADVOGADO:** Leandro Manzano Sorroche – OAB TO4792

**RELATORA:** Juíza Ângela Issa Haonat



## **VOTO**

Como relatado, trata-se de Recurso Eleitoral interposto por CINTHIA ALVES CAETANO RIBEIRO e pelo PARTIDO DA SOCIAL DEMOCRACIA BRASILEIRA DE PALMAS – PSDB em face da decisão do Juízo da 29ª Zona Eleitoral de Palmas/TO, que julgou improcedente a representação com pedido de direito de resposta, ajuizado pela ora recorrente, sob o argumento de que a mensagem veiculada na rede social do recorrido não contempla ofensa a honra da candidata perante o eleitorado.

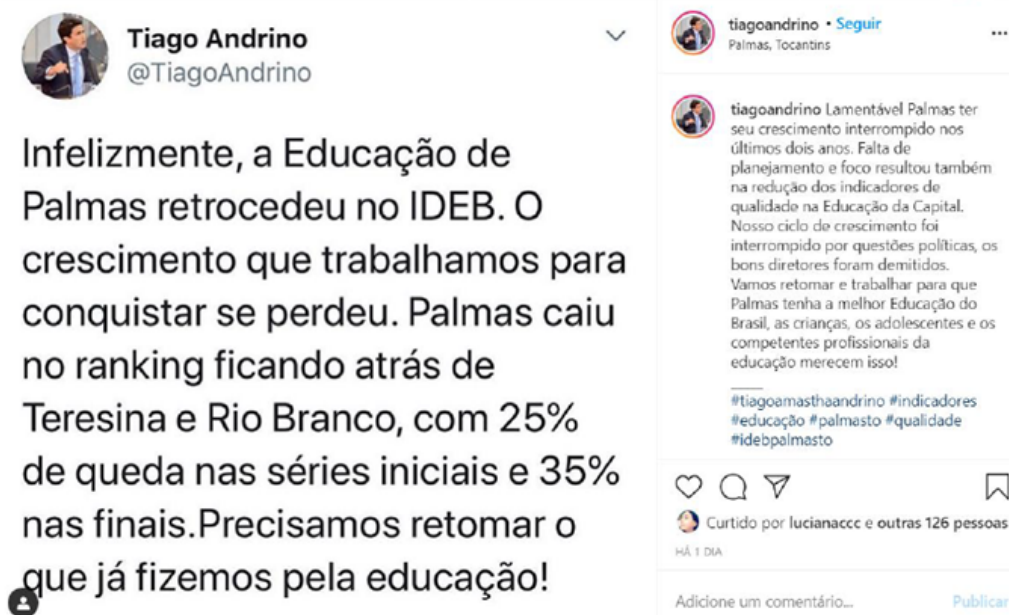
### **I – DO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE**

O recurso é próprio à espécie e os recorrentes são partes legítimas, possuindo interesse na reforma da decisão atacada. Além do mais, foi manejado tempestivamente. Portanto, merece ser conhecido.

### **II – DO MÉRITO**

No mérito, o objeto deste processado cinge-se às imputações manifestadas pelo recorrido em suas redes sociais (*twitter e Instagram*). Vejamos o teor das mensagens:





Diante disso, a recorrente pleiteia o direito de resposta, tendo em vista que a afirmação de que Palmas retrocedeu no IDEB trata-se de manifestação sabidamente inverídica.

Sobre o tema, a Lei nº 9.504/1997, dispõe que:

Art. 58. A partir da escolha de candidatos em convenção, **é assegurado o direito de resposta a candidato, partido ou coligação atingidos**, ainda que de forma indireta, por conceito, imagem ou **afirmação** caluniosa, difamatória, injuriosa ou **sabidamente inverídica**, **difundidos por qualquer veículo de comunicação social**.

Pois bem.

Conforme enaltecido no parecer da Douta Procuradoria, o direito de resposta tem como objetivo assegurar a imagem dos candidatos, partidos políticos, coligações e terceiros atingidos, de forma a vedar condutas que desestabilizam o pleito eleitoral.

Sobre a matéria, convém citar também o entendimento do jurista Edson de Resende Castro:

O instituto tem a pretensão de tutelar os interesses do ofendido e, ao mesmo tempo, impedir que o eleitor forme equivocada impressão a respeito dos candidatos. É, na verdade, corolário do direito à correta informação, que se reconhece ao eleitor, Já se havia dito que a propaganda tem como objetivo levar ao eleitor ampla informação a respeito dos candidatos que se apresentam ao pleito. E essa informação deve ater-se ao que corresponde à verdade da vida e das idéias dos candidatos, a partir do que o eleitor pode decidir-se livremente. Toda vez que a propaganda foge a tais objetivos e atinge a imagem ou o conceito de candidatos, partidos ou coligações, a resposta, nos limites do necessário a que a informação seja corrigida, torna-se um direito do ofendido. (Teoria e Prática do Direito Eleitoral. 4ª. Ed., Belo Horizonte: Mandamentos, 2008, p.296).



Ora, compulsando os autos, verifico que as declarações do recorrido de que durante a gestão da recorrente houve um retrocesso no tocante ao Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) não condiz com a realidade do município de Palmas. Da análise do documento acostado ao ID 3108208, confiro que, conforme dados divulgados em 15.09.2020, os índices relativos ao município de Palmas não sofreram recaídas, estando, inclusive, com a segunda melhor nota (5,8) dentre as capitais do País.

Desse modo, resta clarividente que a intenção do recorrido era causar nos eleitores uma falsa perspectiva da realidade, de forma a conduzir o eleitorado a erro, fazendo crê-lo que durante a gestão da recorrente a educação do município de Palmas sofreu queda, causando, assim, uma sensação NEGATIVA de desconfiança.

Ademais, o argumento do recorrido de que se utilizou do seu pleno direito à expressão não merece prosperar, uma vez que divulgou informações sabidamente inverídicas com a clara intenção de vincular a imagem da recorrente a uma má gestão administrativa.

Nota-se que o recorrido intencionava a desarmonia no certame eleitoral e, por conseguinte, não se importava com a verdade dos fatos e sequer com a dignidade dos recorrentes.

Verifico que a conduta do recorrido amolda-se ao artifício denominado *fake News*, o qual é usado para elevar o alcance da informação e desestabilizar candidaturas. Ocorre que, como consequência, essa divulgação de notícias falsas lesa também o eleitor, que tem direito ao acesso de notícias verdadeiras para formar sua convicção e votar de forma consciente.

Nesse sentido, cumpre salientar o papel da Justiça Eleitoral, a qual tem combatido veementemente condutas relacionadas a propagação de notícias falsas com o intuito de prejudicar a lisura e igualdade do pleito eleitoral.

Portanto, entendo que demonstrada a patente inveracidade de informação desabonadora sobre a gestão da candidata oponente, deve ser deferido o direito de resposta, nos termos da legislação vigente, uma vez que qualquer que seja a informação veiculada, sobretudo durante o pleito eleitoral, deve observar a parcimônia e a responsabilidade. Nesse sentido é a ementa do julgado desta Corte. Vejamos.

1. A concessão do direito de resposta pressupõe a existência de veiculação de informação inverídica capaz de induzir o eleitor a um conceito errôneo a respeito dos candidatos, comprometendo a sua vontade.
2. A veiculação de mensagem inverídica e difamatória no horário eleitoral gratuito garante ao ofendido o direito de resposta.
3. Qualquer informação veiculada durante o período da propaganda eleitoral gratuita deve observar a parcimônia e a responsabilidade.
4. **Caso em que a afirmação inverídica veiculada pelas recorridas trouxe repercussões negativas à imagem dos recorrentes**, com suficiência para causar-lhes desvantagem no processo eleitoral, devendo ser aplicado o art. 58 da Lei nº 9.504/97.





5. O instituto tem a pretensão de tutelar os interesses do ofendido e, ao mesmo tempo, impedir que o eleitor forme impressão equivocada a respeito dos candidatos.

6. O direito a ser veiculado diz respeito à informação tida como inverídica, e terá por fim explicar ao eleitorado sobre o que foi dito, sendo que a resposta deve abranger exclusivamente o tema central (art. 58, § 3º, III, b, da Lei n.º 9.504/97).

**7. Recurso provido.**

(TRE-TO. RECURSO ELEITORAL n 51967, ACÓRDÃO n 51967 de 13/09/2016, Relator(aqwe) HENRIQUE PEREIRA DOS SANTOS, Publicação: PSESS - Publicado em Sessão, Volume 10, Data 13/09/2016 )

### **III – DO DISPOSITIVO**

Nestas circunstâncias, **conheço** do recurso, por ser próprio e tempestivo, e, acolhendo o parecer da Procuradoria Regional Eleitoral, **dou-lhe provimento**, para reformar a sentença recorrida e **conceder** direito de resposta a recorrente Cinthia Alves Caetano Ribeiro e Comissão Provisória do PSDB Metropolitano de Palmas - TO.

O direito a ser veiculado diz respeito à informação inverídica, e terá por fim explicar ao eleitorado sobre o que foi dito, sendo que a resposta deve abranger exclusivamente o tema central (art. 58, § 3º, III, b, da Lei n.º 9.504/97).

É como voto.

Palmas, 3 de novembro de 2020.

**Juíza ÂNGLA ISSA HAONAT**

**Relatora**

#### **PROCLAMAÇÃO DO JULGAMENTO**

O Tribunal decidiu, por unanimidade, nos termos do voto do relator, conhecer e, no mérito, dar provimento ao recurso interposto por CINTHIA Alves Caetano Ribeiro e Comissão Provisória do PSDB Metropolitano Palmas TO, para reformar a sentença recorrida.

Palmas, 03/11/2020

Relatora ÂNGELA ISSA HAONAT





Assinado eletronicamente por: ANGELA ISSA HAONAT - 03/11/2020 20:26:22

<https://pje.tre-to.jus.br:8443/pje-web/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20110320262180500000003855374>

Número do documento: 20110320262180500000003855374